Boletim Gaúcho de Geografia
http://seer.ufrgs.br/bgg

RELAÇÕES CAMPO X CIDADE: DO CONSUMO PRODUTIVO À (RE)ESTRUTURAÇÃO URBANA

Carla Hentz, Crislaine Motter

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 43, n.2, Dezembro, 2016.
Versão online disponível em:
http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/57347

Publicado por
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Informações Adicionais
Email: portoalegre@agb.org.br
Políticas: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy
Submissão: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions
Diretrizes: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

Data de publicação - Dezembro, 2016.
Associação dos Geógrafos Brasileiros
Seção Porto Alegre, RS, Brasil.

ISSN 0101-7888
e-ISSN 2357-9447

Boletim Gaúcho de Geografia

Relações campo x cidade: do consumo produtivo à (re)estruturação urbana

Carla Hentz
Mestra e Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, Campus Presidente Prudente. E-mail: carla.hentz@gmail.com
Crislaine Motter
Mestra e Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. E-mail: crislaiine.m@gmail.com

Resumo

As transformações que ocorreram nas últimas décadas na agropecuária brasileira conduziram um país essencialmente agrário para uma das maiores economias do mundo. Destacaríamos como principal vetor deste processo, a reestruturação produtiva da agropecuária, que em seu sentido mais amplo, provocou uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a emergência de novos arranjos produtivos. Diante das novas diretrizes do campo moderno, as cidades acabaram sendo incrementadas em termos econômicos, demográficos e funcionais, em grande medida pelo aumento do consumo produtivo, deflagrando um processo de (re) estruturação urbana. Sendo assim, este trabalho propõe uma análise dos processos que resultam na difusão do consumo produtivo e os impactos provocados na (re)organização dos espaços urbanos. Embora conceitos aparentemente distintos, buscaremos demonstrar como o consumo produtivo, que desponta circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação no espaço, se projeta em uníssono com o espaço urbano.

Palavras-chave: Reestruturação Produtiva. Consumo Produtivo. Cidade-campo. Reestruturação Urbana.

AGB - Seção Porto Alegre
Associação dos Geógrafos Brasileiros
ISSN 0101-7888
e-ISSN 2357-9447
BGG, v.43, n. 2: 106-130, 2016

1. Introdução

As recentes transformações socioestruturais, decorrentes principalmente da ação contínua da globalização, desencadearam processos que se tornaram imprescindíveis para a compreensão do espaço na atualidade. Tais mudanças foram intensificadas pela incorporação de ciência, tecnologia e informação aos diversos setores econômicos, produtivos, sociais, etc. (SANTOS, 2012a). As transformações resultantes desses processos modificam de maneira intensa as formas de produzir e viver, onde novos padrões de consumo se instauram e novas relações se estabelecem.

Paulatinamente, a agricultura passa a ser inserida neste contexto remodelando e (re)funcionalizando a atividade. Tais transformações foram intensificadas com o aprofundamento da modernização da agricultura implementada a partir das décadas de 1960 e 1970, visando atender, sobretudo, o agronegócio exportador. Inserido neste agrícola moderno, o consumo produtivo se articula a inúmeras estratégias, adaptando as cidades próximas às principais demandas de consumo associadas à produção agropecuária, criando aportes técnicos de todas as espécies para a sua realização. Nesses novos padrões de consumo, o comércio se especializa para atender às demandas de cada etapa de um produto agrícola e/ou setor produtivo.

Sendo assim, cada vez mais a cidade transforma-se no *locus* de regulação da produção agropecuária moderna, "seja pelo fato de seus produtos serem cada vez mais entregues aos mercados urbanos para serem processados e consumidos, seja porque a agropecuária moderna tem o poder de impor especializações territoriais" (ELIAS, 2003a, p. 191). A cidade tornou-se o centro de realização da produção agrícola moderna, e, de acordo com Santos (2009), nela articulam-se as formas de consumo produtivo e consumptivo (familiar).

Atravessadas por *círculos espaciais de produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1979), as cidades do agronegócio organizam seus agentes econômicos com a intencionalidade de atender os velhos e novos agentes desse espaço, resultando em constantes redefinições em função dos interesses hegemônicos inerentes à economia política da cidade (SANTOS, 1994). Diante das novas diretrizes do campo moderno, as cidades acabam sendo incrementadas tanto em termos econômicos como demográficos, reflexo condicionante da expansão de atividades inerentes ao agronegócio globalizado.

Neste âmbito, as cidades próximas às áreas de expansão do consumo agrícola passam a receber e fornecer grande parcela dos aportes técnicos, jurídicos e financeiros necessários à sua realização. Difundem-se nas cidades comércios

de implementos agrícolas, escritórios de marketing, de consultoria contábil, de assistência técnica, empresas de transportes e armazenagem, centros de pesquisa, cursos de nível técnico, médio e superior direcionados ao agronegócio, entre inúmeras outras atividades, que via de regra acabam deflagrando um processo de (re)estruturação urbana.

A difusão do consumo produtivo, aliado particularmente ao setor agropecuário, tem impactado diretamente na organização interna das cidades, estruturando novos espaços e reestruturando cidades de urbanização mais antiga. Na mesma proporção em que o campo se moderniza, cria-se uma nova demanda de consumo baseada não apenas no consumo pessoal, mas, sobretudo, surge a necessidade pelo consumo produtivo, capaz de garantir a produção agrícola no campo ao mesmo tempo em que dinamiza e (re)organiza a estrutura espacial urbana (SANTOS, 2009).

Tendo em vista que são nas cidades onde se realizam parte da materialização das condições de reprodução do capital do agronegócio, como descrito por Elias e Pequeno (2010), estas tendem a se adaptar a mais uma etapa da renovação do capital, estabelecendo novas relações espaciais e incrementando novas formas e funções ligadas ao consumo produtivo. Isso denota, de tal forma, que o processo de reestruturação produtiva está diretamente ligado à (re)estruturação urbana que se instaura nessas cidades.

O processo de reestruturação produtiva da agropecuária, que se refere aos sucessivos processos de transformação no modo de produzir no campo, teve impacto não somente no meio rural, mas teve respaldo também nas cidades, *locus* da regulação do campo. Assim, buscamos neste trabalho realizar uma análise dos processos inerentes à expansão do consumo produtivo – propiciados pela modernização agrícola – e os impactos provocados na (re)estruturação dos espaços urbanos. Nesta perspectiva, optamos em utilizar como recurso metodológico a revisão da literatura acerca dos temas que despontam à problemática, haja vista que esse processo não se restringe apenas a algumas cidades, mas é visível em grande parte das cidades brasileiras.

De acordo com a bibliografia, podemos ressaltar, assim, que as especializações dos núcleos urbanos, provocadas pelas demandas do campo moderno acabam remodelando e, por conseguinte, apontam que os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação se projetam em uníssono com as transformações no/do espaço urbano.

2. Globalização e modernização agrícola: os novos agentes da reestruturação produtiva

As inovações que ocorreram no território nas últimas décadas afetaram, indiretamente, todos os setores da ordem econômica mundial, acarretando um intenso processo de reestruturação no país. Dentre os vetores desta reorganização produtiva, destacaríamos, sem dúvida, a reestruturação dos espaços produtivos do campo, que em meio século conduziram um país essencialmente agrário para uma das maiores economias do mundo.

Com o aperfeiçoamento das atividades econômicas, concomitantemente a expansão dos sistemas de objetos – capazes de dotar o território de fluidez –, ocorre uma verdadeira dispersão espacial da produção, tendo por reflexo condicionante a especialização produtiva dos lugares, "acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando em diferentes arranjos produtivos em todo o país, tanto no campo como nas cidades" (ELIAS, 2005, p. 4475).

Conforme afirma Elias (2003a, p. 36), atualmente presencia-se um "processo mundial de produção: a mundialização do mercado, do capital, das firmas, do consumo, [...] da mais-valia e dos modelos de vida social". Corroborando esta análise, Santos (2012a, p. 18) afirma que

> A universalização do mundo pode ser constatada nos fatos. Universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do *marketing*. Universalização das trocas, universalização do capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas, universalização do trabalho, isto é, do mercado de trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital, erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total.

Nesse contexto, a mundialização impulsionou o processo de reestruturação produtiva, demandando transformações na estrutura produtiva, difundindo a modernização dos processos de trabalho e produção, resultando na reterritorialização ou recuperação político-territorial do poder de trocas globais, visando a competitividade entre as nações (ELIAS, 2011).

Ao refletir sobre este contexto, Chesnais (1996) propõe, então, que a expressão "mundialização do capital" é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês "globalização". Complementa afirmando que, de fato, "a globalização é a expressão das forças de mercado [...] e é essencial a adaptação aos modos de produção e intercâmbio que estão surgindo" (CHESNAIS, 1996, p. 25).

Partindo deste pressuposto, Santos (2000, p. 79) afirma que "no mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições, onde todo e qualquer pedaço da superfície da Terra se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas". Portanto, a globalização é entendida nesse contexto como o conjunto de transformações que tiveram um vigoroso impacto na ordem econômica, política, social e cultural e, segundo Corrêa (1999), sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona essas esferas.

> Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta, no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros (CORRÊA, 1999, p. 44).

Conforme Elias (2009), as perturbações que caracterizam essa fase refletem na ampliação das relações econômicas, na alteração dos papéis de cidades de diferentes portes e níveis, em uma participação maior de algumas cidades, principalmente as que são caracterizadas como cidades médias, na complexa divisão do trabalho e na redefinição das relações entre essas cidades na escala regional e nacional.

Desta forma, cada centro, por minúsculo que seja, participa, embora não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção (SANTOS, 2012a), produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informação.

A incorporação de ciência, tecnologia e informação aos diversos setores resultou na proliferação de serviços com múltiplas especializações, permitindo que surgissem novas formas de organização e outros usos do território (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Nessa lógica, a ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento tornaram-se os grandes instrumentos políticos que remodelariam os espaços, fazendo-se necessário equipar o território e integrá-lo a recursos modernos.

Em virtude do desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação, o mercado torna-se global, e "[...] o território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação de insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias e informação, das ordens e dos homens" (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 53). A requalificação dos espaços visa atender, sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais.

Com o advento de um novo paradigma tecnológico e produtivo, as formas de produzir e viver são profundamente alteradas, haja vista que a nova agricultura se apresenta exigente em competitividade e, principalmente, regulamentada por padrões globalizados de produção e consumo. "A velocidade de renovação das forças produtivas torna-se muito mais acelerada do que em todo o restante da história" (ELIAS, 2006a, p. 27). "Hoje, [...] a agricultura se realiza de forma globalizada, se não na sua produção propriamente, na sua circulação, distribuição ou no consumo [...]" (ELIAS, 2003a, p. 59).

Dessa forma, a modernização não se processa de forma aleatória, mas, sim, em prol do favorecimento de segmentos econômicos e sociais "mais rapidamente receptíveis a todo um corolário de variáveis inerentes às novas formas de produção, distribuição e consumo e que podem, com mais vigor, responder às suas necessidades" (ELIAS, 2003a, p. 40).

Diante das novas conjunturas, o campo passa a ser cenário de novas formas de produções agrícolas, sobretudo pela expansão do agronegócio exportador brasileiro. Incompatível com os novos modelos de produção, a agricultura substitui suas bases técnicas e econômicas por novos padrões que se sustentam nos paradigmas do consumo globalizado, aperfeiçoando e expandindo sobremaneira o processo produtivo.

Diante de tais transformações,

> [...] a agricultura passou a ser um empreendimento totalmente associado à racionalidade do período, apresentando as mesmas possibilidades das demais atividades para a aplicação de capital e para auferir alta lucratividade, e tornou-se mais competitiva, permitindo maior valorização dos capitais nela investidos, o que a aproximou dos demais setores econômicos. Nesse sentido, no período Técnico-Científico-Informacional um dos principais signos da modernização da agricultura é o fim do isolamento mantido pela atividade em relação aos demais setores econômicos, graças a uma crescente interdependência com o crescimento geral da economia, ocorrendo processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores (ELIAS, 2003a, p. 62).

Amplamente difundido a partir da década de 1960, o modelo de desenvolvimento produtivista se processou de forma totalmente seletiva e excludente, privilegiando áreas, produtos e segmentos sociais, "que culminaram na elevação da histórica concentração da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e na urbanização do campo" (ELIAS, 2005).

Neste processo de modernização da agricultura brasileira, duas forças foram decisivas: ao Estado coube uma participação intensiva mediante o incremento de políticas públicas voltadas ao setor agrícola, do qual podemos destacar o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – principal propulsor da modernização –, e as multinacionais – que se implantaram no país no decorrer dos anos 1960 e 1970, "em razão dos estímulos oferecidos pelo Estado e do promissor mercado brasileiro, que foi artificialmente ampliado pelas políticas modernizantes, [...] e por baixas taxas de juros para a aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos" (HESPANHOL, 2007, p. 190).

A produção e a produtividade agrícola de fato expandiram-se significativamente com a modernização da agricultura. No entanto, o passivo ambiental dela decorrente é muito grande: com a expansão das monoculturas e o uso indiscriminado de fertilizantes químicos, biocidas, máquinas e implementos, a qualidade ambiental de vastas áreas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos foi profundamente comprometida (HESPANHOL, 2008).

Diante de tal quadro, "a década de 1970 vai sendo marcada pela chamada 'industrialização da agricultura' sendo esta cada vez mais subordinada à indústria e, consequentemente, uma maior subordinação da natureza ao capital" (TEIXEIRA, 2005, p. 28). A agricultura passa a ser racionalizada sob o comando do capital, imprimindo-lhe destaque na economia e, por conseguinte, na fusão com capitais de diversos setores, extrapolando os limites de uma propriedade rural, de uma região, transformando parte da agricultura numa atividade associada ao *circuito superior da economia* (SANTOS, 1979).

Regulada pela economia de mercado e, sobretudo, pelas demandas urbanas e industriais, a agricultura científica multiplica os espaços da produção e das trocas globalizadas, ocasionando inúmeras metamorfoses na base produtiva e, consequentemente, na reestruturação da produção agropecuária.

As transformações nos aspectos da produção e consumo foram tão substanciais que aportes técnicos de todas as espécies são criados para a sua realização. Nesses novos padrões de consumo, o comércio se especializa para atender às demandas de cada etapa de um produto agrícola e/ou de um setor produtivo.

As cidades passam a suprir as exigências dos setores agrícola e agroindustrial de tal forma que Elias (2007) as caracterizou como "cidades do agronegócio".

Nessas cidades, há um incremento em termos de quantidade de empresas que se estruturam para atender às demandas do processo produtivo, ocasionando uma rápida e intensa renovação dos agentes do capital, onde serviços de todas as ordens se difundem e modernizam, possibilitando a difusão de uma produção mais especializada, onde inúmeras novas classes e gêneros de indústrias se desenvolvem, em especial, as que fornecem insumos e bens para a agricultura.

Elias (2003a) salienta que essa proliferação de serviços especializados se materializa em indústrias do gênero químico, no setor de produtos farmacêuticos e veterinários, no desenvolvimento de indústrias metalúrgicas e mecânicas produzindo e/ou fornecendo os mais diversos tipos de equipamentos e máquinas para o setor.

Da mesma forma, difundem-se polos de pesquisa e produção de alta tecnologia, instituições de pesquisas privadas e públicas, empresas ligadas à agricultura de precisão, empresas de consultorias, de assistência técnica, de transportes, empresas de *marketing*, escritórios de consultoria contábil e jurídica, sistemas bancários para financiamento, custeio e comercialização da produção, empresas de informatização, empresas de beneficiamento e comercialização da produção, dentre outras.

De acordo com Elias (2009, p. 89),

> [...] todas as cidades, em diferentes proporções, possuem produções agropecuárias associadas aos interesses dos agentes hegemônicos que estão à frente de importantes redes agroindustriais, empresas agrícolas nacionais e multinacionais, o que significa que não obedecem necessariamente às divisões políticas administrativas estabelecidas, nem aos interesses locais ou regionais.

Toda essa gama de fatores inerentes à reestruturação do espaço agrícola brasileiro tem promovido significativas mudanças socioespaciais tanto no campo como na cidade, o que "explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano, muito mais complexo, resultado da difusão da agricultura científica e do agronegócio globalizados [...]" (ELIAS, 2009, p. 89).

Para Gomes (2007), tais mudanças promoveram, entre outros, o aumento das áreas cultivadas, da produtividade, o uso de fertilizantes, defensivos, a melhoria de sementes e de implementos e toda uma gama de inovações tecnológicas que dão nova concepção às articulações que agora ocorrem entre a cidade e o campo, gerando uma nova dinâmica socioespacial e promovendo o incremento da urbanização do território brasileiro.

Frederico (2011, p. 6) pondera que:

> [...] a concentração de serviços, para atender ao nexo produtivo do campo, é o principal fator responsável pela urbanização da fronteira agrícola moderna, pois é nas cidades que ocorre o consumo dos serviços e o tratamento e retransmissão das informações oriundas de diversas partes do globo.

Elias (2009) complementa que as cidades que possuem suas atividades em consecução direta com o agronegócio promovem um incremento no processo de urbanização, em virtude, principalmente, da intensa inter-relação entre o campo e a cidade: "Estas se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão de forma globalizada" (ELIAS, 2009, p. 89).

De acordo com Santos (2009), nessas cidades articulam-se as formas de consumo produtivo e consuntivo (familiar). Para o autor, o consumo produtivo é aquele relacionado diretamente à produção (mão de obra, revendas de insumos e fertilizantes, transportes, pesquisas e inovações, comercialização e escoamento do produto), enquanto o consumo consuntivo relaciona-se às demandas da população e complementa o consumo produtivo.

Assim, segundo Frederico (2010, p. 7),

> [...] nas cidades, a quantidade e a qualidade dos consumos produtivos e consumptivos associado ao poder de interconexão com os demais centros, é que vão redefinir a nova hierarquia urbana na fronteira agrícola moderna. Algumas cidades tornam-se novos centros enquanto outras perdem a posição exercida em períodos anteriores.

Nesses territórios especializados, inerentes ao agronegócio, uma das principais características impressas pelas novas relações entre a cidade e o campo processa-se nas necessidades do consumo produtivo, que apresenta crescimento superior ao consumo consumptivo. Tal crescimento é justificado por serem "exatamente os espaços urbanos que promovem a gestão dos espaços agrícolas e se tornam responsáveis pelas demandas crescentes de novos produtos e serviços, das mais diversas naturezas" (GOMES, 2007, p. 45).

Isso se deve, principalmente, ao incremento dessas atividades ao circuito da economia urbana. Nessas cidades, "quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance" (SANTOS, 2012a, p. 61) promovendo uma ampliação das verticalidades.

De acordo com Santos (2012a), as **verticalidades** são os processos que ocorrem em escala mundial (industrialização/desindustrialização, fluxo de capitais e mercadorias, etc.) que atendem o interesse de empresas e que interferem de maneira decisiva na (de)formação dos diferentes espaços do mundo. O conceito de verticalidade pode ser melhor compreendido no livro de Santos (2012a) intitulado **A natureza do espaço**.

Em cidades do agronegócio a reestruturação produtiva é acompanhada de uma maior especialização dos núcleos urbanos, que se tornaram responsáveis em responder pelas crescentes demandas de novos serviços e produtos, fazendo crescer a urbanização, o tamanho e o número de cidades, onde constantes renovações ocorrem objetivando atender ao progresso técnico-científico imposto pela agricultura.

> A partir, pois, da reestruturação produtiva da agropecuária há um verdadeiro incremento da urbanização e, consequentemente, da economia urbana, associada em especial ao dinamismo do consumo produtivo, da dinâmica populacional e do mercado de trabalho, estabelecendo-se muitas novas relações campo-cidade (GOMES, 2007. p. 51).

Nessas cidades, conforme Elias e Pequeno (2010), parte das condições de materialização da reprodução do capital do agronegócio globalizado é realizada, passando, estas cidades, a exercer novas funções e compor importantes nós das redes agroindustriais, formando uma rede intersetorial de serviços especializados vinculados à produção agrícola e agroindustrial, responsáveis pela (re)organização do espaço agrícola e urbano-regional.

A consolidação desse campo modernizado, "que articula a escala local com a internacional com base nas novas dinâmicas hegemônicas do agronegócio globalizado" (GOMES, 2007. p. 53), redefiniu o papel de vários municípios brasileiros dos quais podemos destacar: Rio Verde (GO), Sinop, Sorriso, Primavera do Leste e Rondonópolis (MT), Matão, Bebedouro e Ribeirão Preto (SP), Mossoró (RN), Juazeiro (PE), Limoeiro do Norte (CE), Balsas (MA), Uruçuí e Bom Jesus (PI), Petrolina, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (BA), entre outros que apresentaram um incremento de sua urbanização em decorrência da expansão do agronegócio.

O resultado, conforme aponta Elias (2003a, p. 189),

> [...] é uma larga metamorfose e o crescimento da economia urbana das cidades próximas às produções agrícolas modernas, paralelamente ao desenvolvimento de um novo patamar das relações entre a cidade e o campo que podem ser vislumbradas mediante os diferentes circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação estabelecidos entre os dois subespaços.

Multiplicaram-se no Brasil, sobremaneira no período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012a), cidades que desempenham importantes funções inerentes ao agronegócio globalizado. "Transformam-se, estes, em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado, resultando em muitas novas territorialidades" (ELIAS, 2009, p. 90).

> Nas regiões mais modernas do *Brasil agrícola* é intenso o desenvolvimento de áreas urbanas cujos nexos essenciais se devem às inter-relações cada vez maiores criadas no contexto da globalização da produção de produtos agrícolas e agroindustriais. A modernização da atividade agrícola e agroindustrial, em especial, redefine o consumo do campo, que deixou de ser apenas consumptivo para se tornar cada vez mais *produtivo*, e criou demandas até então inexistentes (ELIAS, 2007, p. 120).

Tal situação, claramente, se associa à hegemonia desempenhada pelas redes agroindustriais, que tem o poder de se impor sobre as demais funções e demandas. Formam-se cidades que se adaptam, essencialmente, aos novos requerimentos do seu entorno agrícola, modificando não só a composição técnica da terra, mas expandindo, no campo, o meio técnico-científico-informacional, o que de fato explica a interiorização da urbanização (SANTOS, 1994).
Nesse sentido, Elias (2012, p. 2) afirma que,

> [...] as grandes corporações concernentes às redes agroindustriais são os maiores agentes produtores do espaço agrário e urbano. Como consequência de tais processos, intensificam-se as relações campo-cidade e a urbanização, uma vez que as redes agroindustriais necessitam também de processos que se dão no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento de cidades totalmente funcionais ao agronegócio, as quais passam a ter novas funções, tal como a de gestão desse agronegócio globalizado.

Essas relações são comandadas pelos agentes do capital que as reproduzem no espaço fazendo com que passem a receber e emitir grande quantidade de fluxos de matéria e informação (ELIAS, 2007).

> Tudo isso fez da urbanização um fenômeno bastante complexo, dada a multiplicidade de variáveis que nela passam a interferir, como, por exemplo: a modernização agropecuária associada ao setor industrial, com a consequente especialização dessas produções; o crescimento da produção não-material, seja associada ao consumo produtivo agrícola ou ao consumo consumptivo; o aumento da quantidade e da qualidade de trabalho intelectual; o intenso processo de êxodo rural; a existência do agrícola não-rural; a migração descendente, etc. é inviável, assim, considerar apenas as antigas relações campo-cidade, pois até mesmo o urbano é diferente do que era há trinta anos atrás. Quanto mais se aprofunda a divisão do trabalho agrícola, mais intenso e complexo se torna o processo de urbanização (ELIAS, 2007, p. 120).

Corroborando esta análise, Frederico (2011, p. 8) complementa que, "quanto maior a especialização produtiva do campo e seu respectivo conteúdo em ciência e informação, maior será a urbanização e a inter-relação entre o campo e a cidade".

Para Elias (2009), os elementos estruturantes dessas relações são encontrados no acelerado processo de urbanização e crescimento urbano, na expansão de novas relações de trabalho agropecuário, promovendo o êxodo rural (migração ascendente) e migração descendente (SANTOS, 2009) de profissionais especializados no agronegócio e na difusão do consumo produtivo agrícola, evidenciando que a regulação e a normatização das ações ocorrem na cidade.

Desta forma, apresentamos, no capítulo seguinte, os reflexos da difusão do consumo produtivo na (re)estruturação urbana, promovido entre outros, pelas demandas do agronegócio globalizado.

3. Os reflexos do consumo produtivo na (re) estruturação urbana

Com a evolução hodierna da economia e da sociedade, resultado da crescente urbanização e da expansão capitalista do campo, uma nova forma de estruturação dos espaços urbanos e agrários tem emergido em território brasileiro. Visando entender o processo contínuo dessas mudanças que ocorrem em várias escalas, torna-se adequado entender a ação ou resultado das reestruturações, ou seja,

entender as novas estruturas que definem o espaço na atualidade. O processo de reestruturação, de tal modo,

> [...] transmite a noção de uma "freada" se não de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção à uma nova ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbação nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem então suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural (SOJA, 1993, p. 193).

Esse processo, que tem um caráter abrangente dado pelas contínuas formas de renovação do capital, resulta das modificações no espaço geográfico, impactando diretamente sobre as formas de organizações espaciais. Nesse sentido, Santos (2009), analisando o fenômeno da urbanização brasileira, destaca que pós-1964 conjugam-se, em território brasileiro, as exigências de inserção em uma nova ordem econômica e mundial, ditando as novas necessidades internas: "a integração dos transportes e das comunicações necessária à visão panóptica do território, é, igualmente, condição material para a difusão de atividades industriais e agrícolas altamente capitalistas" (SANTOS, 2009, p. 109). Pode-se dizer, de tal modo, que o país conheceu profundas transformações em seu território, propiciadas fundamentalmente pelo processo de modernização. O território brasileiro, até então desconexo e pouco articulado, transformou-se num território propício ao desenvolvimento industrial e agrícola, através da implantação de infraestrutura e o desenvolvimento das comunicações em todas as regiões.

Soja (1993) argumenta que o que ocorreu durante todo o século XIX foi, assim, uma reestruturação regional e uma expansão da escala da relação cidade-campo e da acumulação primitiva, até então predominante e que marcam a origem do capitalismo. Na era do imperialismo e da ascensão dos monopólios e oligopólios empresariais, a fonte principal dos superlucros começou a sofrer transformações.

> A superexploração de uma periferia recém-consolidada estimulou a recuperação da depressão do fim do século XIX e levou à rápida expansão ocorrida nos países centrais nas duas primeiras décadas do século XX. O capitalismo não se internacionalizou repentinamente. O capital mercantil havia funcionado durante séculos para extrair superlucros no mundo inteiro, através do comércio de mercadorias. O imperialismo, no entanto, internacionalizou um outro circuito do capital, implicando nas transações financeiras,

> monetárias e de investimentos, que organizou a economia internacional, mais eficientemente do que jamais fora possível antes disso, para as transferências geográficas em maior escala. A velha relação cidade-campo passou a ser implantada não apenas em escala nacional, mas também numa estrutura global de centro e periferia capitalistas (SOJA, 1993, p. 201).

A reestruturação regional, assim, moldou-se basicamente através do impacto desigual da internacionalização e da extração de lucros capitalistas, e pela concentração e centralização acelerada do capital doméstico, exemplificada pela febre de fusões verticais e horizontais (SOJA, 1993).

No Brasil, a nova divisão territorial do trabalho implantada após a Segunda Guerra Mundial, propiciou uma reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, com a implantação e expansão da agricultura científica pelo território nacional, promovendo uma nova realidade rural e urbana no país a partir de 1970. Além disso, as novas formas que o capitalismo adquiriu com a especialização flexível, com os sistemas de produção verticalmente desintegrados e o rompimento das hierarquias rígidas, foram acompanhadas, nesse período, por uma mobilidade acelerada do capital, propiciada pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2012a). De acordo com Moreira (2004), embora distribuída pelo meio rural, a fábrica moderna dividiu a indústria e a agricultura, estabelecendo uma nova divisão territorial do trabalho entre cidade e campo, e, a partir de então, acentuou-se a organização do espaço brasileiro voltado a um conteúdo urbano-industrial como um todo.

Nesse constante movimento de articulações espaciais, "os mosaicos relativamente estáveis de desenvolvimento regional desigual tornaram-se, subitamente, quase caleidoscópicos" (SOJA, 1993, p. 208). As regiões periféricas, assim, converteram-se em novos centros de crescimento industrial e de expansão econômica, em um processo que Soja (1993, p. 209) denominou de "reciclagem regional acelerada", onde as regiões passaram por diversas fases de desenvolvimento e declínio, associadas aos superlucros setoriais mutáveis, de disciplinamento intensivo do trabalho e maior mobilidade do capital.

Santos (2009, p. 47) afirma que principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial até a fase imediatamente anterior a atual, o que ocorreu em território brasileiro foi, simultaneamente, o "encolhimento do espaço mais diretamente afetado pela modernização e aumento do movimento, em todo o território, já que tanto este quanto o mercado se haviam unificado em escala nacional". Conforme o autor, o movimento de desconcentração industrial tornou-se irreversível com

os fenômenos de "fábrica dispersa" e "fazenda dispersa", atingindo áreas e pontos distantes do território nacional envolvidos, de tal modo, pelo nexo da modernização capitalista. Como exemplo desse processo, podemos citar o desenvolvimento da região Centro-Oeste do país, onde o desenvolvimento de infraestruturas e comunicações, implantado em todo o território nacional, não encontrou heranças cristalizadas do passado, o que o tornou propício a receber as inovações com maior velocidade e rentabilidade (SANTOS, 1988), transformando-o, em um curto período de tempo, em uma importante região produtora do país.

Ademais, são notáveis as transformações que ocorrem no espaço urbano em decorrência do desenvolvimento da agricultura moderna. De acordo com Soja (1993, p. 2010), à medida que as visões retrospectivas da geografia histórica do capitalismo e suas implicações no desenvolvimento regional se acumulam,

> [...] torna-se cada vez mais possível afirmar que a evolução da forma urbana (a estrutura espacial interna da cidade capitalista) tem seguido o mesmo ritmo periodizável de formação e reformação induzidas pela crise que moldou a paisagem macrogeográfica do capital desde os primórdios da industrialização em larga escala [...]. Cada qual gera também uma expressiva recontextualização da espacialidade da vida social, uma geografia humana diferente (SOJA, 1993, p. 210).

Com as constantes transformações no modo de produção capitalista, os circuitos espaciais de produção - entendidos aqui como o encadeamento, na circulação da matéria, das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo de um determinado produto (CASTILLO, FREDERICO, 2010) – e os círculos de cooperação – que, conforme Castillo e Frederico (2010), tratam da comunicação, com base na transferência de capitais, ordens e informação que garantem a organização das várias etapas de produção – tornam-se mais completos e modernizados.

Nesse sentido, Santos (2010, p. 46) destaca que

> A relação produção – distribuição – circulação – consumo aparece, cada vez mais, integrada em sua espacialização. O atual modelo econômico e social de produção demanda bens e serviços que possibilitem reduzir os custos de produção, diminuir o tempo de giro do capital e melhorar a qualidade do produto final, ampliando o consumo. Assim é que o consumo produtivo se amplia para atender a renovação das forças produtivas do capital, uma vez que os circuitos espaciais da produção utilizam cada vez mais o consumo produtivo em detrimento dos outros tipos de consumo.

Há que se destacar, conforme Elias (2003a), que o consumo produtivo diferencia-se do consumo consuntivo por não ter objetivos imediatos e se direcionar às atividades produtivas, tendo como referência um conjunto de bens e serviços voltados à produção de novos bens e serviços. Santos (2010) acrescenta que o consumo consuntivo, mesmo de forma ampliada, não tem o poder de modificar qualitativamente a composição do urbano, considerando-se que tem sua base na demanda e nos estratos de renda. Entretanto, o consumo produtivo "[...] resulta da produção para nela inserir-se novamente, convertendo-se em meios de produção e subsistência que voltam a entrar na reprodução ora de mercadorias, ora da própria força de trabalho" (SANTOS, 2010, p. 49). Desse modo, é possível observar que consumo produtivo e urbanização, embora pareçam conceitos distintos, estão vinculados na produção do espaço urbano. Enquanto a divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexa, há, segundo Santos (2009, p. 55) uma "superposição dos efeitos do consumo consuntivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala de urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos", fortalecendo-os econômica e demograficamente. Esse sistema urbano, por outro lado, é também influenciado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, "dotadas não só de capacidade extremamente grande de adaptação à conjuntura, como também da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional" (SANTOS, 2009, p. 55).

A modernização da agricultura, de tal modo, passa a incorporar novas técnicas e demandar da cidade novas funções. Na mesma proporção em que o campo se moderniza, requerendo implementos, máquinas, componentes, insumos materiais e intelectuais, crédito, etc. indispensáveis à produção, cria-se uma nova demanda de consumo baseada não apenas na comercialização de bens materiais e imateriais para a satisfação do consumo pessoal, mas, sobretudo, surge a necessidade pelo consumo produtivo, capaz de garantir a produção agrícola no campo (SANTOS, 2009).

A demanda pelo consumo produtivo rural faz surgir novas cidades ou reestrutura centros urbanos já existentes, com a intenção de garantir o suporte à produção agrícola cada vez mais moderna. Elias (2006b, p. 294) destaca que surgem assim as cidades do campo, "cujas funções de atendimento às demandas da agricultura científica globalizada são hegemônicas sobre as demais funções". Entretanto, apesar das funções urbanas destinadas à produção agrícola serem predominantes nessas cidades, que surgem, em grande medida, concomitantemente ao desenvolvimento do campo, os demais centros urbanos também alteram e/ou incrementam sua economia ao oferecerem aporte a atividades agrícolas. Isso pode

ser verificado em cidades de urbanização mais antiga, que com a modernização do campo também passam por transformações nas funções urbanas, notadamente como resposta à necessidade pelo consumo produtivo.

Sposito *et al*. (2007), analisando o espaço intraurbano das cidades médias, apontam alguns processos, agentes e dinâmicas comuns que redefinem os papeis dessas cidades. Dentre os principais processos estão: a) a concentração e centralização econômica, b) a melhoria e a diversificação dos sistemas de transporte e comunicação, c) as formas contemporâneas de organização das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços e, d) o consumo de bens e serviços especializados ligados à modernização do setor agropecuário. Cabe destacar que, segundo as autoras, o consumo de bens e serviços relacionados ao setor agropecuário são os principais responsáveis pelo aumento expressivo nos fluxos e no consumo produtivo e consuntivo nas cidades médias.

> Por reunirem as melhores condições para o desenvolvimento capitalista, qualitativa e quantitativamente, as cidades se constituíram como centros principais da produção, da distribuição, da circulação e do consumo, assumindo importante papel de comando na divisão territorial do trabalho e atendendo à demanda de expansão da capacidade produtiva e de renovação das condições de acumulação durante o processo de reestruturação. Por isso, elas contribuíram para a maior mobilidade do capital e para a dinamização dos setores econômicos e seus ramos de atividades, tornando-se importantes vetores de difusão generalizada da informação e da ampliação do consumo de bens e serviços (AMORIN, 2012, p.4).

De acordo com Amorin (2012), a aceleração do consumo, propiciada pela profunda mudança ideológica durante o processo de reestruturação produtiva, induz ao aumento do número de estabelecimentos e de trabalhadores nas atividades comerciais e de serviços no país, além disso, justifica as complexas relações que dão conteúdo e dinâmica às cidades, contribuindo para explicar a sua estrutura e suas sucessivas modificações. Ainda nessa dinâmica, o agronegócio globalizado possui um papel significativo na intensificação do fenômeno da urbanização, pois representa não apenas o surgimento de novas cidades, mas também o crescimento de cidades locais e médias, fortalecendo-as demográfica e economicamente. Elias e Pequeno (2010) destacam que é no espaço urbano em que são realizadas partes da materialização das condições gerais de reprodução do agronegócio globalizado, exemplificadas pela criação de novas funções e pela composição de importantes nós das redes industriais, ao mesmo tempo em que dinamizam as atividades terciárias

e, consequentemente, a economia urbana, tornando evidente que "[...] é na cidade que se realiza a regulação, a gestão e a normatização das transformações verificadas nos pontos luminosos do espaço agrícola, sendo um importante propulsor da urbanização" (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 149).

Rios Filho (2011), ao analisar a composição das atividades presentes nas cidades do campo, destaca que a urbanização que constitui esses espaços traz consigo alguns elementos do urbano corporativo existentes em grandes centros urbanos, mas com algumas especificidades. Essas especificidades compreendem: a) a instalação de indústrias especializadas e organizadas em arranjos territoriais produtivos, em grande maioria, ligados à cadeia produtiva da agricultura científica; b) o aumento da terceirização, com o surgimento de novas categorias sócio-ocupacionais ligadas à cadeia produtiva do agronegócio, que, por sua vez, criam uma nova estratificação social na cidade, gerando novas demandas no tocante ao consumo e; c) o acelerado crescimento espacial e demográfico.

> À medida que se ampliam os vínculos da produção agropecuária, com técnicas e serviços de nível elevado sediados na cidade [...], alteram-se as relações entre a cidade e o campo. O que ocorre, no período atual, é que as atividades comerciais e de serviços mais sofisticados, que estão hoje nas cidades localizadas em parcelas do território em que a modernização da agricultura alterou, representam interesses econômicos, comerciais e de produção industrial, os quais se estabelecem na escala internacional, como podemos observar pela força das empresas ligadas aos agronegócios. Não é por outra razão que Milton Santos distingue as cidades que passaram a exercer esses papéis de "cidades do campo", distinguindo-as daquelas mais características das áreas pouco incorporadas ao mercado capitalista de "cidades no campo" (SPOSITO, 2010, p. 55).

A (re)organização do espaço agrícola, o acirramento da divisão social e territorial do trabalho e o consequente incremento da urbanização, dessa forma, desenvolveram uma extensa gama de novas relações, de diferentes tipos e complexidades, tanto no espaço agrícola como no espaço urbano. Isso resulta principalmente porque o agronegócio globalizado possui o poder de impor especializações cada vez mais profundas no território (ELIAS, 2013). Quanto maior for a demanda da produção agrícola e agroindustrial, mais as cidades deverão se adaptar a essa demanda, pois são o *locus* dos aportes técnicos, financeiros, jurídicos, de mão de obra e de todos os demais produtos e serviços necessários à sua realização. Assim, "quanto mais intensiva e globalizada a agropecuária, mais urbana se torna a sua gestão, dinamizando o terciário e, consequentemente, a

economia urbana" (ELIAS, 2013, p. 24). Além disso, as cidades também apresentam, através dessa dinâmica, um aumento nos fluxos migratórios, em grande parte de mão de obra especializada para atender aos ramos de produção moderna voltados ao setor agrícola.

Essas transformações, propiciadas pela modernização do setor agropecuário, assim, fizeram da urbanização um fenômeno complexo, em função da multiplicidade de fatores que passaram a influenciar a dinâmica urbana. Torna-se inviável, dessa forma, considerar apenas as antigas relações entre campo e cidade, bem como as relações hierárquicas da rede urbana e das divisões territoriais:

> Uma vez que os agentes hegemônicos atuantes no agronegócio globalizado têm o poder de impor especializações produtivas ao território, paralelamente à intensificação do capitalismo no campo, processou-se um crescimento de áreas urbanizadas, porquanto, entre outras coisas, a gestão deste agronegócio necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos. Isto explica em parte a reestruturação do território e a organização de um novo sistema urbano brasileiro, muito mais complexo do que há trinta ou quarenta anos (ELIAS, 2013, p. 24).

O resultado destas transformações, segundo Elias (2013, p. 25), exemplificados pelo crescimento da economia urbana em consonância com o desenvolvimento de uma nova relação entre campo e cidade, "[...] são perceptíveis pelos diferentes circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação estabelecidos entre esses dois espaços, os quais se mostram cada vez mais indissociáveis".

Evidencia-se, desse modo, que novas formas espaciais e novas territorialidades são criadas, modificando a estrutura espacial que compunha as cidades e a rede urbana existentes até algumas décadas atrás. A recente reorganização do território brasileiro, em função da modernização da agricultura, entre outros fatores, e o consequente desenvolvimento do consumo produtivo, impôs uma nova lógica de estruturação dos espaços agrários e urbanos, evidenciando que o processo de (re)estruturação urbana é algo recente, acelerado e multifacetado, que impôs características semelhantes em diferentes territórios, embora as diferenças existam.

O processo de reestruturação, de tal modo, é visível nas transformações tanto no campo quanto na cidade: a partir do momento em que a produção passou a ser ditada pela demanda do mercado (não apenas nacional, mas também global), o campo especializou-se e a cidade, consagrada por suas funções de regulação, também teve papel importante no desenvolvimento de uma produção agrícola modernizada. O consumo produtivo, como buscamos demonstrar neste trabalho,

representa a amálgama entre a produção no campo e o desenvolvimento das atividades tipicamente urbanas voltadas ao setor agropecuário.

4. Considerações finais

Atualmente, é possível elencar inúmeras cidades no Brasil cujas funções e vínculos preponderantes das atividades se realizam em consecução aos paradigmas do consumo globalizado. Nessas cidades, os agentes produtores se organizam em função de interesses hegemônicos e, sobretudo, associam-se às demandas dos setores agrícolas e agroindustriais. As especializações nesses núcleos urbanos passam a ser sustentadas pelo aperfeiçoamento dos processos produtivos, que atraem e dinamizam uma rede de novas atividades econômicas, estabelecendo novas relações campo-cidade.

A cidade transformou-se no local de regulação da produção, que possui dentre outras características a capacidade de adaptar as cidades próximas às principais demandas do agronegócio globalizado, aperfeiçoando as atividades econômicas e a especialização produtiva dos lugares. A funcionalidade das cidades volta-se às exigências de determinados produtos e setores, difundindo e ramificando inúmeras atividades inerentes à lógica da produção moderna.

As novas relações entre o campo e a cidade passam a ser subordinadas pelas exigências da produção e do consumo globalizado. Nessa conjuntura, as inter-relações campo-cidade deixam de ser permeadas pela regulação local e passam a ser projetadas em dimensões globais, estabelecendo vínculos de instantaneidade e simultaneidade de informações e de capital financeiro, promovendo o fortalecimento e crescimento da urbanização nas cidades.

A produção agrícola e agroindustrial exige das cidades inovações cada vez mais profundas, promovendo constantes modificações e adaptações ao território. Um dos aspectos passíveis para se entender as dinâmicas que se estabelecem em cidades do agronegócio está pautada na capacidade que o agronegócio tem em promover, potencializar, dinamizar e incrementar o consumo produtivo. As cidades tornam-se verdadeiros laboratórios, haja vista que fornecem um grande aparato de aportes técnicos, jurídicos, financeiros e todos os demais serviços necessários à sua realização.

Nesses lugares são processadas todas as formas de cooperação, considerando-se que o atendimento às demandas do agronegócio em algumas cidades passa a ser hegemônico sobre as demais funções. Em áreas cujos nexos essenciais se devem à

funcionalidade de determinados setores econômicos, a perspectiva do consumo produtivo transparece, torna-se evidente. Via de regra, isso se deve à constante integração dessas atividades ao circuito da economia urbana, resultando em constantes reestruturações do espaço urbano. Responsável em muitos casos pela própria estruturação das cidades, o agronegócio e suas inúmeras teias de relações refletem o peso que as cidades do agronegócio possuem e a intensa capacidade dessas em criar múltiplas especializações.

A concentração de serviços voltados ao nexo produtivo torna-se o principal fator responsável pelo incremento da economia urbana e, consequentemente, pela urbanização. Intensifica-se desta forma, uma rede intersetorial de serviços especializados no processo produtivo, sendo responsáveis pela (re)estruturação do espaço agrícola e urbano.

As cidades de diferentes portes passam a moldar-se para atender as imposições criadas pela internacionalização do capital, acrescentando novas formas e funções que, consequentemente, reconfiguram a estrutura espacial pré-existente desses espaços. A difusão do consumo produtivo, consequência imediata dessa nova forma de organização do capital, acaba sendo responsável pelas sucessivas modificações que os espaços urbanos e agrários têm passado nas últimas décadas. Alteram-se, assim, as relações campo-cidade, transformando, consequentemente o espaço urbano, que passa a atender cada vez mais as transformações impostas pela agricultura globalizada, refletindo o processo de (re)estruturação.

Nesse contexto, faz-se importante destacar o quão necessário torna-se o estudo das transformações hodiernas, tanto rurais como urbanas, que permeiam o conteúdo da dinâmica do consumo produtivo, haja vista que esse fenômeno não se verifica somente nas chamadas cidades do agronegócio, mas também aponta modificações em cidades de urbanização mais antigas que se adaptam a mais uma internacionalização do capital. Sendo assim, esse trabalho não encerra esse tipo de pesquisa, pelo contrário, visa abrir novas possibilidades de debates para que outros estudos venham a se realizar sobre essa temática.

Relations field x city: from productive consumption to urban (re)structuring

Abstract

The changes that have occurred during the past few decades in the Brazilian agriculture have led a country essentially agrarian for one of the largest economies in the world. We highlight as the main vector of this process the productive restructuring of agriculture, which in its broadest sense caused a real spatial dispersion of production, intensifying the emergence of new production arrangements. Before the new guidelines of the modern field, the cities were incremented in terms economic, demographic and functional, largely by increase in the productive consumption, triggering a process of (re)structuring urban. Therefore, this paper proposes an analysis of the processes that result in the dissemination of productive consumption, and the impacts on the organization of urban spaces. Although concepts apparently distinct, we will demonstrate how the productive consumption, that emerges spatial circuits of production and circles of cooperation in space, protrudes in unison with the urban space.

Keywords: Productive Restructuring. Productive Consumption. City-Field. Urban Restructuring.

Relaciones campo x ciudad: de lo consumo productivo a la (re)estruturación urbana

Resumen

Las transformaciones que se realizaron en las últimas décadas sobre la agricultura brasileña, convirtieron a un país, esencialmente agrícola, en una de las economías más grandes del mundo. El vector principal de este proceso ha sido la reestructuración productiva de la agricultura, que en un sentido más amplio, ha generado la dispersión espacial de la producción, intensificando la aparición de nuevas modalidades de producción. Frente a las nuevas directrices del campo moderno, estas ciudades crecieron en términos económicos, demográficos y funcionales, en gran medida por el aumento del consumo productivo, desencadenando un proceso de (re)estructuración urbana. En este sentido, este trabajo propone un análisis de los procesos que dan lugar a la propagación del consumo productivo y los impactos en la (re)organización de los espacios urbanos. Aunque conceptos aparentemente diferentes, vamos a tratar de demostrar el consumo productivo, que emerge circuitos espaciales de producción y círculos de cooperación en el espacio, se proyecta al unísono con el espacio urbano.

Palabras clave: Reestructuración Productiva. Consumo productivo. Ciudad-Campo. Reestructuración urbana.

Referências

AMORIN, Edna Maria Jucá Couto. O consumo e a reestruturação das cidades médias brasileiras: perspectivas de estudos comparativos. In: XII SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: RIER, 2012. p. 1-14.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 43-53, 1999.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**: A região de Ribeirão Preto – SP. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003a.

_____. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adelia Aparecida de (Org.). **O Território Brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003b. p. 315-340.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. São Paulo: GEOUSP, 2005. p. 4475- 4487.

_____. Agronegócio e desigualdade socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006a, p. 25-82.

_____. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Saverio; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006b, p. 279 – 303.

_____. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: Notas teórico-metodológicas. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias:** Espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 113-138.

_____. Reestruturação produtiva da agropecuária e urbanização dispersa no Brasil. In: SANFELIU, Carmem Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltão (Coord.). **Las Ciudades medias o intermedias en un mundo globalizado**. Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2009, p. 87-105.

_____. Impactos da reestruturação produtiva e espacial na atividade agrícola do Baixo Jaguaribe – CE. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 5, n. 3, p.195-218, 2011.

_____. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá, 2012. p. 1-16.

_____. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica,** Roraima, v. 1, p. 13-32, 2013.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: O novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional:** Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, p. 5-23, 2011.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização**: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro. 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

HESPANHOL, Antônio. Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 179-198.

_____. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: GEOUSP, 2008. p. 370-392.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONARD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. (Org.) **Brasil, século XXI**: por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes. São Paulo: MaxLimonad, 2004, p. 122-152.

RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. A reestruturação produtiva agropecuária da Região Oeste da Bahia e a produção espacial da cidade do campo de Luís Eduardo Magalhães. In: URBBA 11 SEMINÁRIO URBANISMO NA BAHIA, 2011, Salvador. **Anais...** Salvador, 2011. p. 1-20.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

_____. Espaço e sociedade no Brasil: a urbanização recente. **Geosul**. Florianópolis, v.3, n. 5, p. 85-100, 1988

_____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, Ed. PUC – SP, 1994.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A urbanização brasileira**. 5 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 7 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia.. 6 ed. 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo**: reflexos na economia urbana de Mossoró (RN). 2010, 267f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SOJA, Edward William. **Geografias Pós-Modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO; Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro; MAIA, Doralice Sátyro; GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO. Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular, 2007, p. 3-67.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista de Geografia,** São Paulo, v. 35, p. 51-62, 2010.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da AGB,** Três Lagoas - MS, v. 2, n. 2, p. 21-42, 2005.

Data de recebimento: 27/07/2015
Data de aceite: 02/09/2015